

Missão das Candidatas: pistas da jornada jornalística da heroína¹

Letícia ROSSA²

Maria Clara AQUINO³

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS

RESUMO

O masculino enquanto ordem é efeito de um engendramento primitivo, estimulado por sujeitos e instituições (como o jornalismo e a política) que têm neste modelo de sociedade um apanhado de privilégios (LOURO, 1997). Em um país onde a maioria populacional (52%) e apta ao voto (53%) é de mulheres, o que se vivencia é uma equação desnivelada: em que o masculino rege as regras. É uma nação de mulheres governada por homens. A Missão das Candidatas é um arco de marcadores que expõe a jornada jornalística da heroína na política brasileira; a fim de investigar como se dá a narração subjetiva do jornalismo referente à alteridade e o poder (MORAES, 2022) de mulheres no espaço público. Como efeito, se percebem movimentos que encaixotam silêncios e reproduzem informações que contribuem para a forma de conhecimento ancorada na desigualdade.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; jornalismo; jornada da heroína; política; subjetividade.

RAZÕES PARA EXISTIR

O apagamento de mulheres não é abrupto ou imprevisível; pelo contrário, a anulação de potências relativas ao que se atribui ao feminino é embrionária. Os ajustamentos de conduta são precedentes às nossas constituições enquanto seres humanos, quando ainda nos são limitadas as fronteiras do útero materno. Ao nascer, demarcações do feminino rompem o ventre daquela que nos gestou e se expandem em escala descomida para todo o fazer social. O viver da menina, desde o segundo um de seu *existir*, é condicionado a assistir: assistir eles prosperarem, assistir quem demanda auxílio, assistir normas a encaixotar em um baú de silêncios.

Os movimentos precursores na infância, que embrulham sujeitos livres e passíveis de decisão em pacotes de regras, opressões, deficiências e segmentações, são esticados à trajetória adulta, em um existir demarcado por distinções motivadas, portanto, pelas

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Alteridade e Diversidade, do XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda em Comunicação em Unisinos. Mestre e jornalista graduada em Unisinos. Pesquisa gênero, jornalismo e política. E-mail: leticiaf.rossa@gmail.com.

³ Pós-doutora em Ciências da Comunicação em Unisinos. Doutora e mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: JAQUINO@unisinos.br.

identidades de sexo e de gênero do sujeito. São características que, em vez de agregarem à formação de cada um e cada uma de nós, geram quebras, separações. As razões para *sonhar*, via de regra, emergem nesta racionalização que faz questionar os porquês de restrições que interrompem a corrente natural de desejos que cruzam a biografia de cada mulher. Isto é, são incômodos que, preliminarmente, inquietam, desassossegam; para, na sequência, fazer desengasgar a impulsão por viver sem imposições.

Em 1º de janeiro de 2011, às 14 horas, a rampa do Palácio do Planalto é o símbolo de um *existir* que se configurou em *sonho* e sucedeu em reivindicação. Escolhas partidárias ou de mérito à parte, os metros percorridos por Dilma Rousseff como primeira presidenta do Brasil naquela data tão só inauguraram o percurso trilhado por homens desde 1889; mas escancararam que, embora tardiamente, uma mulher também pode chegar *lá*. A luta por um meio mais horizontal, solidário e justo se desdobra para um futuro sem prazo de validade, em que o fôlego para escalar muros é retomado a cada nova geração. Esta pesquisa (enquanto recorte da tese de Doutorado em Comunicação) é sobre jornalismo, gênero, alteridade e política, sem dúvida; mas sobretudo faz referência às rampas que, tal qual Dilma Rousseff, eu e você também podemos merecer.

Isto é, parto do pressuposto de que a comunicação exerce uma posição estratégica em defesa de políticas públicas de ocupação igualitária – como a mulher na política; e também se insere em uma democracia ampla e expansiva que envolve tópicos basilares à sociedade brasileira em 2023: a equidade de gênero, o acesso político enquanto esfera pública e a alteridade como âncora de um jornalismo (e de uma ciência) subjetiva. O aspecto teórico e empírico desenhado nestas páginas propõe uma troca científica, embasada em fazeres e saberes anteriores a nós, a fim de avaliar em conjunto como se dá a construção jornalística da mulher em uma superfície lotada em sua maior totalidade por homens: a política. A conjuntura de gestão pública de uma nação como o Brasil não está vinculada a rostos masculinos em vão. Veja: em 2022, no mais recente pleito geral: 1.347 homens (82%) e 303 mulheres (18%) eleitos e eleitas para comandar o Brasil até 2026. Embora desequilibrado, o quociente é o mais positivo das três eleições mais atuais - em que se observa uma mulher nomeada para cada 4,4 homens (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE), 2022). A contradição está no mapa que apresenta nós, mulheres, enquanto maioria populacional do país (52%) e, logo, como predominantes no eleitorado apto a votar: somos, em 2023, 82,3 milhões de mulheres (53%) qualificadas a escolher quem nos representa.

Ainda que a primeira presidenta eleita e reeleita apareça enquanto rompimento de um padrão cumprido desde 1889, na Primeira República, a amostragem geral de ocupação de poder político reflete a desigualdade entre candidatas e candidatos; o que sinaliza que, apesar de avanços, o contexto permitido a mulheres ainda é o de coadjuvante (Flávia BIROLI, 2018)⁴. O fundamento para esta pesquisa vem da concepção de que o masculino é o gênero que mais atravessa relações de poder em sociedade (Joan SCOTT, 1995), inclusive (e principalmente) na política. É a partir deste contexto que deriva a intenção de se estabelecer a jornada jornalística aqui nomeada como Missão das Candidatas. A questão que inquieta, então, é: *como se constitui a Missão das Candidatas, jornada da heroína no jornalismo que constrói a mulher na política brasileira, a partir da história de Dilma Rousseff?* As pistas deste recorte, de antemão, serão apresentadas na análise de uma reportagem veiculada em *Estadão*, de São Paulo. A pesquisa, na íntegra, compreende 24 reportagens do veículo paulista e também de *O Globo*, do Rio de Janeiro.

Por meio da articulação do gênero enquanto lente para observar no jornalismo a construção do que é a mulher na política nacional, pretendo contribuir com os avanços cognitivos da Comunicação Social no Brasil – a fim de provocar argumentações, por meio da Missão das Candidatas, sobre as atribuições de poder conferidas historicamente a mulheres. É preciso romper com paradigmas limitantes e com padrões taxativos para cada uma de nós. Acredito neste movimento para que, no presente e no futuro, as Letícias, as Vitóriaas, as Betinas, as Malus, as Alices, as Biancas, as Jéssicas, as Dilmas (e tantas outras mais) não questionem, em silêncio: “por que, afinal, eles e não eu?”.

MASCULINO ENQUANTO REGRA, FEMININO COMO DESVIO

O uso de substantivos (como presidente, governador, deputado e senador) no masculino não atende apenas à norma gramatical que padroniza a todas nós como “eles”, mas também à maioria imperativa de homens no Palácio do Planalto, no Congresso e no Senado: nas eleições em 2022, 112,6 milhões de votos nominais são concentrados em homens, o que representa, conforme o Tribunal Superior Eleitoral, 95,27% da preferência

⁴ Por este estudo discutir questões relativas a gênero, na primeira menção de autoras mulheres o nome será citado de forma completa – porque se entende que, por vezes, apenas o sobrenome sugere que a autoria natural é masculina.

de cidadãs e cidadãos do país. *A maioria numérica de mulheres no que se refere à política no Brasil é restrita, logo, a quem decide; não a quem é escolhido.*

O gargalo que desloca eles a um extremo e nós a outro, em um movimento polarizado que situa um grupo (o masculino) no poder vertical (em que um está acima para os demais figurarem abaixo), demanda uma explicação marcada por construções históricas, complexas e enraizadas de gênero; ou seja, em uma lógica binária, quais são os porquês que creditam ao masculino o atestado de eficácia na política - enquanto ao feminino escapam tentativas de validação, a exemplo da ex-presidenta Dilma Rousseff.

A proposta da concepção de gênero, nesta pesquisa, ignora (Guacira Lopes LOURO, 1997) as atribuições relativas ao sexo ou à sexualidade como determinantes inquestionáveis da validação de gênero do indivíduo: mas considera que, ao contrário, é em decorrência da forma como estas características são representadas que se configura o masculino e o feminino.

Na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afasta-se (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista a priori. *O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos.* Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 1997, p. 23, grifo nosso).

A visão essencialista mencionada por Guacira Lopes Louro (1997) vai ao encontro do que Joan Scott (1995) assinala como um determinismo biológico para mulheres e homens que trazem em suas características corporais uma vagina ou um pênis. Isto é, o desígnio de gênero é acentuar “[...] o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 72). As projeções de sexualidade e de gênero direcionadas à ex-presidenta Dilma Rousseff, por exemplo, podem ser visualizadas a partir deste panorama: ao nascer com sistema reprodutivo admitido como o de mulher, uma sequência de perspectivas é lançada - a exemplo da urgência de relacionamentos com homens, a fim de configurá-la como mulher cisgênera e heterossexual. No entanto, ao não cumprir com os atributos tomados como normais, a sexualidade de Dilma é com frequência questionada, justamente por atuar na presidência de um país sem a figura de um marido ao seu lado (ou à sua frente).

Figura 1 - Sexualidade de Dilma Rousseff



Fonte: Elaborado pela autora, com base em *Google*.

Uma curta pesquisa na plataforma Google com o termo “dilma rousseff namo” indica de prontidão três sugestões de complementos referentes à namorada da ex-presidenta (Figura 1). No entanto, Dilma não é lésbica ou, no mínimo, não manifesta publicamente sua identidade sexual. O senso comum, no entanto, julga pertinente esta possibilidade, uma vez que a economista não condiz com as condições pré-estabelecidas historicamente sobre o que é ou sobre o que deve ser mulher.

Em outras palavras - e aqui atento para o valor desta reflexão -, é indispensável associar as dinâmicas de sexualidade e de gênero a construções sociais, históricas e coletivas. Isto é, a consistência de ambos os entendimentos não está dada, cessada ou, ainda, imutável. O debate se engendra, portanto, no campo social, dado que é nesta conjuntura que se reproduzem as distinções entre mulheres e homens. “As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação” (LOURO, 1997, p. 22). A sexualidade, portanto, tal qual o gênero, não é editada conforme escolhas pessoais do indivíduo, mas a partir de trocas e construções sociais e políticas. Não consiste em uma consequência natural da biologia, visto que é em sociedade que os corpos ganham sentido. É reforçada a proposta, portanto, de que as identidades (seja de gênero, sexual, de nacionalidade, etc) se formatam no âmbito da cultura e da história.

As identidades sexuais e de gênero aparecem, então, como divisoras de relações de poder, visto que as diferenças não carregam as mesmas gravidades para homens ou para mulheres. “Nossas definições, convenções, crenças, identidade e comportamentos sexuais não são o resultado de uma simples evolução, como se tivessem sido causados por algum fenômeno natural: *eles têm sido modelados no interior de relações definidas de poder*” (WEEKS, 2000, p. 28, grifo nosso). São deliberações que confirmam hierarquias a fim de marginalizar brasileiras no campo público.

O exercício (FOUCAULT, 1988) central que resultaria em um procedimento democrático e cidadão ao país seguiria por um rumo em que decisões são aceitas ou não, transformadas ou não, contestadas ou não. A possibilidade de resistência e discordância, contudo, é a chave que confirma o poder como salutar - caso contrário, o que se verifica é um ato de violência e de opressão. O golpe que, via *impeachment*, retirou Dilma Rousseff da Presidência da República dois anos após sua reeleição, pode ser visualizado a partir deste ângulo. A chefe do Executivo resiste - porém, a arbitrariedade do poder é posicionada de modo incontestável. Em outras palavras, “[...] lá onde há poder, há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 1988, p. 91).

A construção social de gênero aparece como resultado, portanto, de relações de poder, uma vez que há atributos específicos direcionados àquilo que se convencionou como correto para homens e àquilo que se atribuiu como mais adequado para mulheres. Isto é, os padrões de comportamento e as expectativas direcionadas a cada um destes gêneros (LOURO, 1997). Enquanto que, socialmente, se espera que homens atuem segundo uma lógica dura, fria, forte e decisiva, também há uma naturalização em idealizar mulheres a partir de uma conduta gentil, doce, frágil e dependente. Deste modo, ao ocupar um espaço de protagonismo em um ambiente como a política (que é historicamente vinculada a homens), mulheres inauguram uma série de sentidos e de novos moldes – gerando a concepção de que “[...] gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 88, grifo nosso).

O potencial de revolta é intrínseco à prática do poder, sobretudo quando a atividade em pauta é a política pública de um país com mais de 214 milhões de habitantes. As negociações e as alianças entre mulheres e homens (independente de como são e se identificam estes sujeitos) que atingem o poder são os mecanismos que podem resultar no avanço de suas comunidades. “Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações

de poder” (LOURO, 1997, p. 41, grifo nosso), uma vez que é nestas redes que estão nomeadas e reforçadas as desigualdades. O vínculo entre as lógicas de poder e a diferença (enquanto desigualdade) é imediato, sem desvios: a relação se dá em uma condição de causa e efeito, visto que a execução de um afeta e promove a ocorrência de outro. Em outras palavras, o poder exercido em um sistema injusto tem como seqüela a geração de desigualdades em escala.

Quando se pensa em *desigualdades construídas a partir de diferenças*, logo se percebe que é sobre os gêneros que se opera a primeira diferenciação dos sujeitos. [...] É, portanto, no campo da cultura e do simbólico, e não do biológico, que as desigualdades se produzem. A denominação do sexo biológico traz implícita a expectativa sobre o gênero dos indivíduos, sobre os modos através dos quais deverá ser e estar na cultura: formas de viver, de vestir, de sentir, de falar (ou de calar), de agir, de se comportar, etc. Esses modos estão relacionados ao que foi convencionalizado como padrão normativo em uma sociedade, e não aos cromossomos dos indivíduos (Márcia VEIGA DA SILVA, 2010, p. 50, grifo nosso).

A vida social é atravessada por distinções de gênero que operam enquanto engrenagem impulsionadora da desigualdade entre o feminino e o masculino - indo além de uma suposta atribuição de papéis designados a um ou a outro. O escopo é, na verdade, mais abrangente, em uma relação desproporcional que invade tão só o cotidiano de cada sujeito, mas a vida social em um panorama macro: o desnível está nos discursos, no jornalismo, na política, nas famílias, nos corpos, no cumprimento das leis. “É a partir dos símbolos culturais hegemônicos, produzidos nas instâncias de poder, que se operam os sentidos entendidos como legítimos sobre o que significam masculino e feminino, indicando, também, os lugares sociais destes” (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 50).

A partir dos engendramentos traçados entre mulheres e homens, é formalizado o acordo de que há a norma (eles) e o desvio (elas); ou seja, nós somos o oposto, o não-homem, o outro. Os símbolos convencionalizados enquanto naturais para a configuração das normas que regem o fazer social têm como efeito a fabricação de uma hierarquia que, em vez de organizar, exclui. A pirâmide de classificação do poder traz na primeira extremidade o masculino hegemônico; a base, por sua vez, é aportada pelo oposto, por tudo que não se assemelha a este molde de uma forjada normalidade.

Em nossa sociedade, devido à *hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã*, têm sido nomeados e nomeadas como diferentes aqueles e aquelas que não compartilham desses atributos. A atribuição da diferença é sempre

historicamente contingente — ela é dependente de uma situação e de um momento particulares (LOURO, 1997, p. 49-50, grifo nosso).

A diferença é rotulada com base em uma referência, isto é, em um lugar que se convencionou nomear como padrão (neste caso, o do homem branco, heterossexual e cristão). Nesta relação de poder, é designado como distinto aquela mulher ou até aquele homem que não atender a estes atributos. “É por isso que hoje se escreve uma ‘história das mulheres’ e não uma história dos homens - afinal essa última é a história geral, a história oficial” (LOURO, 1997, p. 50). Importa acessar, neste caso, *como* as marcas desta diferença são criadas - em vez de tão só insistir em opressões e reduções destinadas a mulheres e ao que se projeta enquanto feminino.

JORNADA DA HEROÍNA COMO LENTE PARA NARRAR O JORNALISMO

A narrativa jornalística constrói cenários, formata saberes, desmonta interpretações, reforça arquétipos. A costura de palavras verbalizadas com sentenças não ditas fabricam este movimento de narração que tece a vida - com seus estereótipos, suas concepções de verdade, suas dicotomias que provocam o extremo (masculino/feminino, cristão/ateu, rico/pobre, branco/negro, central/periférico). Elementos da narrativa migram do conto e da fábula ao romance, à novela, às histórias em quadrinhos; e, logo, ao que escreve e descreve o jornalismo sobre quem somos, o que fazemos, onde estamos. *A partir destas aproximações, proponho a jornada da heroína enquanto uma lente de gênero para narrar jornalisticamente as histórias da vida que nos atravessam.* Isto é, a jornada consiste em uma expressão narrativa que pode estruturar as construções do jornalismo conforme o prisma de gênero. Como sequência, trago a Missão das Candidatas: o arco da jornada jornalística da heroína na política brasileira; ou seja, como é narrada no jornalismo a história de vida da mulher no contexto público.

São formulações atravessadas, em sobretudo, por elementos de subjetividade que carregam, além do gênero, aspectos intrínsecos à narração da vida - como a raça, o território, a classe. É um método de observação, logo, que sugere o resgate à humanização e o combate à objetividade irrestrita e inquestionável. A concepção da Jornada da Heroína, de antemão, é provocada em 1990 por Maureen Murdock, em uma ideia que considera a mulher sob a reivindicação do poder - no sentido de liberdade de escolha, de igualdade de direitos, de respeito a cada decisão.

Ora, não sou a primeira a opinar sobre o jornalismo formatar sociedades e contextualizar o que concebe como realidade; tampouco suponho que haja na produção de redações uma universalidade discursiva que assentaria a imprensa no ultrapassado quatro poder. Nem ao céu, nem ao inferno. O exame epistemológico que proponho é o do jornalismo na qualidade de narrativa que conta quem somos nós, mulheres em sua jornada. A Missão das Candidatas é o arco que resulta deste modelo de análise que rompe com estereótipos tão reproduzidos desde que o mundo é mundo: aqui construímos a jornada jornalística da heroína na política brasileira a fim de apresentar um esboço narrativo que indique metodologicamente quais etapas são cumpridas via mídia ao discursar sobre a história do feminino em um poder atravessado por rastros de gênero e de alteridade. A Jornada da Heroína é a lente que amplia estas marcas e serve como estrutura para avaliação do jornalismo, a exemplo do que Monica Martinez (2008) propôs anteriormente via Jornada do Herói. A âncora deste percurso está nas alterações sociais (muitas atrasadas, porém ainda urgentes) que pedem a renovação na forma de narrar - sem alienação quanto às identidades de gênero, de sexualidade, de território, de raça, de classe, de religião. Somos muitos e muitas, afinal, para que o discurso jornalístico de cada jornada seja descrito conforme as mesmas margens, normas e critérios de noticiabilidade.

O conhecimento que guia as relações humanas, as identidades, os estereótipos, os mitos, os valores e as crenças que dão corpo à nossa sociedade é traduzido, em escala objetiva e subjetiva, em relatos de narração. Ao que compartilha o professor Luiz Gonzaga Motta (2005, p. 2), é a partir de enunciados como os do jornalismo, por exemplo, que “[...] somos capazes de colocar as coisas em relação umas com as outras em uma ordem e perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico. É assim que compreendemos a maioria das coisas do mundo”. Em outras palavras, as notícias apresentadas todos os dias revelam mitos enraizados naquilo que concebemos como mundo: o crime não compensa, “[...] a corrupção tem de ser punida, a propriedade precisa ser respeitada, o trabalho enobrece, a família é um valor supremo, a nação é soberana, e assim por diante. São essas, na verdade, as grandes metanarrativas culturais que o jornalismo nos conta e reconta diariamente” (MOTTA, 2005, p. 15).

A corda que amarra o passado, o presente e o futuro é potente, apesar de invisível; e é por meio deste conjunto que a história é escrita e recomposta. O assassinato de um nordestino negro, a eleição de uma mulher, o alagamento de um vilarejo, a família com fome no norte, o imigrante apagado por não ser daqui, o estupro da criança na escola, a

graduação da mãe solo, a inelegibilidade do ex-presidente: o episódio, por si só, emerge na notícia, mas ao ser incorporado em um contexto anterior tem como efeito a narrativa. Cada notícia entregue a mim e a você todos os dias, logo, não é única, embora apareça independente e sem relação a ganchos prévios: ela cumpre uma coerência de enredo povoada por mais cenários, sujeitos, possibilidades, perspectivas e subjetividades que, intencionalmente ou não, a atravessam e a constituem enquanto narração no jornalismo.

O ato narrativo, então, promove a contação de histórias conectadas por fios temáticos que aglutinam sentidos e enriquecem a produção de conhecimento referente a toda e qualquer ocorrência. O Golpe de 2016, grifado nesta tese em maiúscula devido à sua inserção na história como episódio ímpar e de caráter extraordinário, por assim dizer, não incorpora apenas a figura de Dilma Rousseff. Além da presidenta, há marcas precedentes do que é ser mulher (e mais, mulher em situação de poder político) no Brasil, justamente porque a narrativa revela o contexto no qual deliberações são firmadas (MOTTA; COSTA; LIMA, 2001) e posições políticas, em especial, são acertadas. Há um passado que reflete no *impeachment*, portanto. Esta narrativa executada no entorno da candidatura, eleição e impedimento de Dilma tem, por óbvio, a petista no protagonismo; porém, incorpora notícias e reportagens anteriores que produzem quem é e o que é ser mulher neste país de mais de 108 milhões de brasileiras.

Para ir ao encontro de uma narrativa coerente e complexa, que ofereça respeito à sociedade e se desvincule de conservadorismos e ideias pré-concebidas, o jornalismo tem a incumbência de considerar a continuidade e a justaposição do tema em evidência - com aquilo que já foi escrito, enunciado ou ilustrado em notícias isoladas. A sucessão do acontecimento está vinculada não apenas ao tópico em si, cru e direto; mas às personagens, aos ganchos, aos efeitos, aos panoramas constituídos a partir e por meio dele (MOTTA, 2005). Ora, é conceber o Golpe de 2016 além do Golpe de 2016, por exemplo: antes e paralelo ao episódio há o petismo, o antipetismo, o machismo, a misoginia, a hierarquização do poder, as imposições de gênero, os rastros do feminismo e a desestabilização do sistema político brasileiro.

Não há inocência, portanto, naquilo que é relatado: importa mais como o fato é materializado via jornalismo do que o episódio em si. Daí a reflexão de quais conceitos e abordagens são praticados sobre “[...] as questões que nos interpelam socialmente, ou seja, em como se constitui essa pele da notícia produzida. Ela nasce em (e é produzida

por) uma base racializada, generificada, hierarquizada e que se percebe como fiadora de uma humanidade e de uma verdade universais” (Fabiana MORAES, 2022, p. 10).

Reportar as histórias que conferem ao cotidiano uma tessitura de narrativa exige, assim, jornadas (por vezes, infelizes) marcadas pela diferença: o pastor fervoroso de Santa Catarina, a adolescente aprovada em seis vestibulares, o segurança negro agredido até o óbito, a mãe solo que zela por todos, o ex-presidente julgado por inelegibilidade, a menina nordestina ícone na ciência, o jovem gay que se esconde da família, a brasileira trans impedida de entrar no toalete feminino, a presidenta retirada por homens de seu lugar. À exceção de quando é configurada em desigualdade, a diferença é primordial para a evolução da existência da humanidade - em um exercício de alteridade intrínseco ao viver (e não sobreviver) em meio ao todo. É esta vida calejada, combativa e feliz que, a cada dia, o jornalismo narra (ou deveria narrar). O âmago do que proponho está aqui: por que há histórias que importam mais? Por que nós, jornalistas, desaparecemos em uma suposta neutralidade e camuflamos escolhas em amontoados de aspas de terceiros?

O diálogo sugerido não é calcado em critérios de noticiabilidade e no tecnicismo de manuais de redação enquadrados ainda nas salas de aula da graduação em jornalismo; a problemática que convido à análise é a de como a tão abonada objetividade do “jornalismo de verdade” impõe fronteiras à lapidação subjetiva de histórias nas quais eu e você tropeçamos todas as manhãs, tardes e noites; quando não somos nós mesmos os protagonistas destas jornadas. A provocação é a de que, no jornalismo, todas as escolhas são “[...] políticas e, sim, também arbitrárias. Toda pauta organiza e desorganiza visibilidades e invisibilidades, toda pauta hierarquiza e desierarquiza vozes e representações, toda pauta estrutura e desestrutura discursos” (MORAES, 2022, p. 10).

Por estar atravessado sobre a história da vida humana, o jornalismo na condição de conhecimento social equivale a um sistema de operações em fluxo, em construção - logo, não há a previsão de uma narrativa neutra, visto que está em repetidos ajustes e alterações e, em especial, “[...] porque toda a forma de conhecimento pressupõe também um posicionamento do sujeito diante do objeto. Essa é a razão mais profunda porque o próprio jornalismo *implica uma visão ideológica, implica um posicionamento ético e político sobre a realidade*” (MEDITSCH, 1992, p. 31-32, grifo nosso). Em amplo aspecto no que tange a produção de conhecimento, o efeito da narração é remontar os fragmentos de histórias experimentadas por um ou mais sujeitos - com suas características não só respeitadas, mas reveladas e reconhecidas.

Dá a alteridade enquanto dispositivo que promove o vínculo entre cognição e afetividade na narrativa, dado que é possível estreitar relações por meio de histórias compartilhadas. Logo, é ver no outro a minha própria diferença.

A MISSÃO DAS CANDIDATAS

A jornada jornalística da mulher na política brasileira é gerada com ênfase na proposta de como as notícias funcionam; e, por consequência, sobre o que elas têm a expressar. A natureza desta pesquisa é qualitativa, uma vez que trago um estudo de cunho estritamente social - portanto, uma análise que avalia as múltiplas qualidades de dado discurso é a mais apropriada. A metodologia enquanto item planejado da pesquisa considera a investigação exploratória na *primeira fase* do estudo, que antecede a apuração bibliográfica em um *segundo momento* da investigação. A análise empírica do jornalismo em *Estadão* consiste no *terceiro elemento* desenhado para este recorte da tese em Comunicação.

O mapeamento se dá a partir da ex-presidenta Dilma Rousseff, à frente do Poder Executivo entre os anos de 2011 e 2016. A verificação se dá a partir de um eixo principal e estrutural da pesquisa: uma linha do tempo explorada pela ex-gestora desde seu anúncio inédito enquanto pré-candidata à presidência da República, pelo então presidente Lula da Silva, em 2008; até seu afastamento definitivo do Palácio do Planalto, 2016, em decorrência do encerramento do processo de *impeachment*.

Ao propor novos ângulos a fim de experimentar a pesquisa e seus possíveis resultados, a metodologia tem seu estímulo tensionado à luz da tradicional Análise do Discurso de linha francesa (AD). Entendo que as técnicas, apesar de complexas, bem estruturadas e passíveis de múltiplas tendências conceituais, não dão conta de aspectos mais flexíveis de *como* o texto funciona. Isto é, a proposta é impregnar a pesquisa com estratégias sugeridas via Análise do Discurso, mas sem nominar, de fato, o estudo como tal; uma vez que, assim, pretendo não adequar esta análise estritamente às normas de AD, podendo escapar e criar meios de investigação próprios.

As pistas que sinalizam rastros inaugurais da Missão das Candidatas serão detectadas a partir da amostra de análise que data de novembro de 2008, e consiste na intenção do então presidente Lula em indicar Dilma Rousseff para a Presidência da República do Brasil, a partir de *Estadão*.

Figura 2 - Reportagem em *Estadão*

GOVERNO

Lula diz que Dilma é a candidata, mas 'não será fácil' ganhar em 2010

Em entrevista a jornais italianos, ele elogia 'potencial extraordinário' da petista, que o acompanha em visita ao papa

Leonencio Nossa
ENVIADO ESPECIAL

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, revelou a "bela" do presidente Lula. Inicialmente, ela não se mostrou disposta a discutir o Palácio do Planalto com o papa. Mas, por insistência dos jornalistas, ela acabou cedendo. Lula diz a seguir no momento de sua visita ao papa Bento XVI, em um momento de sua visita ao papa Bento XVI, em um momento de sua visita ao papa Bento XVI.



MINISTROS CATÓLICOS - Usando véus, Dilma e Maria Leticia recebem terços de presente do papa Bento XVI, observadas por Lula: presidente ganhou uma carota de Jesus, um espelho próximo à habitação e elevador com dois quadros de pintor renascentista. Itália, na companhia da primeira-dama Marina Letícia e dos ministros Dilma Rousseff (Casa Civil), Celso Amorim (Relações Exteriores), Luiz Dulci (Secretaria Geral) e Nelson Jobim (Defesa). "Muito obrigado", diz Lula. (Foto: L. C. Basso/Agência Brasil)

Presidente debate crise com o papa Bento XVI

Lula disse ter pedido que ele aborde o tema em suas falas

do Brasil, um espaço próximo à habitação e elevador com dois quadros de pintor renascentista. Itália, na companhia da primeira-dama Marina Letícia e dos ministros Dilma Rousseff (Casa Civil), Celso Amorim (Relações Exteriores), Luiz Dulci (Secretaria Geral) e Nelson Jobim (Defesa). "Muito obrigado", diz Lula. (Foto: L. C. Basso/Agência Brasil)

Fonte: Elaborado pela autora, com base em *Estadão*.

A observação será a partir da notícia *Lula diz que Dilma é a candidata, mas 'não será fácil ganhar' em 2010*. O conteúdo é publicado em 14 de novembro de 2008. A notícia consiste na principal foto de capa da edição do veículo, e a manchete abre a editoria de Nacional, na página 4, ocupando 80% de todo o espaço disponível. O jornalista é Leonencio Nossa, enviado especial a Roma. A notícia de *Estadão* relata a viagem do então presidente Lula a Roma, em ocasião de visita ao papa Bento XVI. O encontro aconteceu em 13 de novembro de 2008. A fotografia retratada por *Estadão* traz o papa Bento XVI em frente à Dilma, com mãos unidas em sinal de cumprimento. Ambos estão em protagonismo na imagem, com o presidente Lula em segundo plano.

Apesar de o encontro simbolizar uma considerável relação cordial entre o governo brasileiro e a Igreja Católica em sua sede na Itália (o que gera, assim, potencial jornalístico), a centralidade noticiosa é invertida e a conversa de Lula com Bento XVI aparece em um contexto periférico, em um discurso secundário. A ida a Roma para detalhar a crise financeira internacional é substituída por um novo elemento: a confirmação inesperada de Dilma Rousseff enquanto possível candidata à Presidência do Brasil. A garantia de que dois anos antes das eleições nacionais de 2010 o Partido dos Trabalhadores sinaliza a continuidade com a ministra da Casa Civil é expressa de antemão

no título da notícia, a fim de não restar dúvidas referentes ao posicionamento de Lula - maior e mais emblemática figura do PT até então. A indicação é atravessada pelo depósito de confiança do presidente brasileiro àquela parceira política que aparecia, já, como sua extensão; a “bênção” mencionada em *Estadão* faz referência a esta continuidade: seja do PT no poder, enquanto partido político, seja de Lula e de Dilma enquanto um só, com os mesmos atributos e formatações de identidade.

O indício de que “não será fácil ganhar” é emendado à aspiração de Lula em eleger uma mulher como sua sucessora. O presidente, ao que apresenta o discurso de *Estadão*, estreia sentidos de gênero que colocam Dilma como distinta àquilo que brasileiras e brasileiros estão aptos a visualizar no Palácio do Planalto: homens no poder. Ou seja, caso confirmada a pré-candidatura da chefe da Casa Civil, os enfrentamentos tradicionais em uma eleição ainda seriam acrescidos pelo fato de que Dilma é, afinal, mulher.

O discurso descrito em *Estadão*, nesta notícia, consiste na maior parte em reproduções de falas de Lulas dirigidas a jornais italianos (nas entrevistas em que o presidente sinalizou a indicação de Dilma). Quando o jornalista opta pela notícia em terceira pessoa, há elementos que retratam o perfil da futura candidata, em uma atenção natural direcionada à aliada de Lula. A mineira é descrita como um ser simpático, sorridente, cujo vestuário é elegante e discreto; de suas entrevistas, apresentadas como rápidas, o que se pontua não são estratégias ou decisões políticas, mas a informação de que “adorava Roma”. Apesar de um propenso interesse em se descrever Dilma Rousseff na viagem à Itália, as definições ainda a colocam em um cenário simples e raso, construído a partir de seu sorriso, sua roupa e suas compras em Roma. Não é tecido um discurso referente às ações públicas encabeçadas pela candidata, ou estabelecido um perfil de quem é Dilma politicamente - o que importa, de fato, para o Brasil. Ela é a protagonista da notícia, visto que poderia ser a próxima presidenta do país; mas sua posição em *Estadão* é a de aliada secundária de Lula. Com isso, o estágio de sentido que mais emerge em *Estadão* referente à notícia é o de *Bênção* – seja de Lula ou do papa.

Esta etapa de análise é um recorte, conforme já mencionado, da tese de Doutorado em Comunicação. A primeira amostra fornece pistas relativas ao arco jornalístico que consiste na Missão das Candidatas. Por meio destes marcadores, a intenção é provocar um saber ancorado na dúvida: por que ainda há rastros de machismo, de sexismo, de racismo na ocupação política e pública da mulher em espaços deliberativos da política? Cabe a mim e a você, jornalistas, encontrarmos as respostas e soluções.

REFERÊNCIAS

- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MARTINEZ, Monica. **Jornada do Herói: a estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo**. São Paulo: Annablume, 2008.
- MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Documento digitalizado, disponível em: www.bocc.uff.br/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.
- MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza**. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. A análise pragmática da narrativa jornalística. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Intercom, 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2023.
- MOTTA, Luiz Gonzaga; COSTA, Gustavo Borges; LIMA, Jorge Augusto. Notícia e construção de sentidos: análise da narrativa jornalística. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 27, n. 2, jul./dez. 2004. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12232/1/ARTIGO_NoticiaConstrucaoSentidos.pdf. Acesso em: 4 jul. 2023.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: Acesso em: 12 ago. 2023.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Estatísticas eleitorais**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- VEIGA DA SILVA, Márcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25629>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 24-61. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30353576.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.